

JULIANO MARTINS DA FONTE
ÉDER SOLER PARRA

FAZENDA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
Da Agricultura ao Turismo Histórico e Rural (1810-2010)

FACCAMP
Faculdade Campo Limpo Paulista

Campo Limpo Paulista
Novembro de 2010.

JULIANO MARTINS DA FONTE

ÉDER SOLER PARRA

FAZENDA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Da Agricultura ao Turismo Histórico e Rural (1810-2010)

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como exigência parcial para
obtenção de Licenciatura em História da
FACCAMP - Faculdade Campo Limpo
Paulista, sob orientação do Professor Dr.
Júlio César Zorzenon Costa.

FACCAMP

Faculdade Campo Limpo Paulista

Campo Limpo Paulista

Novembro de 2010.

“A memória onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.”

(Jacques Le Goff)

Dedicamos este trabalho a todos que durante nossa trajetória no decorrer da vida contribuíram de alguma forma com nossa formação e aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, que nos deu o maior dom – a Vida, a perseverança no decorrer do curso e também a sabedoria necessária para a realização dessa pesquisa e conclusão deste trabalho, encorajando-nos a nunca desistir, sendo a base sustentadora para seguirmos sempre em frente.

- Aos nossos pais (Walter e Cleusa – Juliano) e (Thomaz e Jassy – “*in memorian*” - Éder) e demais familiares, que contribuíram com nossa educação e desenvolvimento, pois a família é a base de construção do caráter e da dignidade da pessoa humana.

- Às esposas (Ariane – Juliano) e (Rosangela – Éder) e nossas filhas (Maria Clara – Juliano) e (Paula – Éder), pelo incentivo e pela paciência que tiveram durante o tempo em que se privaram de nossas presenças para que pudéssemos alcançar com êxito esta graduação.

- A todos os professores do curso de História da Faccamp, que desde o primeiro semestre nos acompanharam e participaram da formação de nosso conhecimento, sendo eles imprescindíveis para a conclusão deste trabalho.

- Ao coordenador do curso Professor Doutor Murilo Leal Pereira Neto, que sempre esteve ativamente à frente do curso, sempre buscando melhorias para o desenvolvimento do curso, fazendo jus à posição em que ocupa.

- A todos os amigos que conquistamos durante o transcorrer do curso, em especial o Lucas, pois as verdadeiras amizades jamais se acabam, conforme a feliz frase de Milton Nascimento “...mesmo que o tempo e a distância digam NÃO...”

- Ao Sr. Antônio Sestini, proprietário da Fazenda Nossa Senhora da Conceição, nosso objeto de estudo - pela autorização da pesquisa e disponibilização de seu tempo e dos materiais necessários para a conclusão deste trabalho.

- Em especial ao Professor Doutor Julio César Zorzenon Costa, nosso orientador, o qual nos conduziu perfeitamente à realização da pesquisa necessária para a realização deste trabalho, bem como pela sua paciência e disponibilidade em nos atender, apesar da escassez de tempo de um professor verdadeiramente comprometido com a causa pela qual optou trabalhar.

RESUMO

Este trabalho mostrará a trajetória histórica da Fazenda Nossa Senhora da Conceição, localizada no bairro do Mato Dentro, no município de Jundiá – SP. Durante seus duzentos anos de existência (1810-2010), a fazenda passou por diversas atividades econômicas, como o cultivo da cana-de-açúcar, do café e de uvas, acompanhando as constantes mudanças do mercado e da economia brasileira e da região. Hoje, para continuar sendo uma empresa economicamente ativa e manter viva sua história, são realizadas atividades de Turismo Rural Histórico, que além de contribuir para a ampliação da cultura, do conhecimento e no resgate da memória dos que a visitam, apresenta outra realidade de como as pessoas ligadas às atividades rurais estão encontrando novas alternativas não ligadas à agricultura como forma de trabalho e de desenvolvimento.

Palavras-chave: Fazenda; Café; Turismo; Rural.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
------------------	----

CAPÍTULO 1 – CONTEXTO GERAL E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE JUNDIAÍ E DO ESTADO DE SÃO PAULO.

1.1. Quadro geral de Jundiaí	12
1.2. A Imigração	14
1.3. Industrialização	16
1.4. A economia cafeeira em São Paulo	18

CAPÍTULO 2 – O DESENVOLVIMENTO DA FAZENDA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.

2.1. A Fazenda no seu Primeiro Cinquentenário.....	22
2.2. O Barão de Serra Negra e a fazenda.....	23
2.3. O café na fazenda.....	25
2.4. Escravos na Fazenda Nossa Senhora da Conceição	28
2.5. Imigrantes na fazenda.....	31

CAPÍTULO 3 – A FAZENDA COMO HERANÇA.

3.1. José da Conceição, filho do Barão.....	36
3.2. Angelina Silveira da Conceição à frente da fazenda	38
3.3. Os Irmãos Conceição.....	40
3.4. A venda da fazenda pelos Irmãos Conceição	41

CAPÍTULO 4 – O TURISMO HISTÓRICO E RURAL NA PROPRIEDADE.

4.1. O crescimento do turismo rural	44
4.2. O turismo na fazenda Nossa Senhora da Conceição.....	47

CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
ANEXOS	55
1. Entrevista com Antônio Sestini	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61

INTRODUÇÃO

A escolha da Fazenda Nossa Senhora da Conceição como objeto de estudo para realização desta pesquisa está relacionada ao fato de conhecer pessoalmente o local desde o ano 2002. Conhecendo sua história, percebemos que é possível compreender o desenvolvimento de uma região e até mesmo do país, partindo de um determinado local, que durante sua existência passou por inúmeras modificações, buscando estar em sintonia com o desenvolvimento regional.

Por meio desta pesquisa, demonstraremos a trajetória histórica da Fazenda Nossa Senhora da Conceição localizada no bairro do Mato Dentro, às margens da Rodovia Engenheiro Constâncio Cintra, na cidade de Jundiá – SP no cenário econômico regional, bem como as mudanças nas atividades econômicas e adaptações, as quais foram sendo feitas para que pudesse ser mantida uma sintonia em relação ao mercado nacional. Através deste estudo, é proporcionada uma compreensão do desenvolvimento e evoluções econômicas através de uma propriedade específica.

Fundada em 1810, a fazenda teve durante um período de 170 anos sua economia baseada na agricultura. Atualmente, exerce suas atividades ligadas ao setor turístico, promovendo na propriedade o Turismo Histórico Rural, uma das atividades que vem ganhando cada vez mais espaço como alternativa de renda no campo.

O estudo trajetória da Fazenda Nossa Senhora da Conceição e sua evolução é um trabalho que envolveu pesquisa de campo e de referências bibliográficas de diversos autores, onde foram mostradas as mudanças pelas quais a propriedade passou, mantendo-se em sintonia com o avanço da economia da região e do país, e servindo como ponto de partida para futuros estudos do local, estes, mais pormenorizados.

Dividida em três fases: A primeira está relacionada à consulta dos documentos relacionados à família e à fazenda, além da análise do local,

objetivando compreender melhor a propriedade. A segunda foi a de consulta aos acervos da biblioteca municipal de Jundiaí, jornais da época e o acervo do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí, visando dados que façam compreender o contexto nacional e regional no tocante ao que será relatado sobre a fazenda. A terceira diz respeito à entrevista com o atual proprietário da fazenda, buscando a explicação da problemática apresentada por este trabalho.

No primeiro capítulo, poderá ser observada uma análise geral da cidade e da região de Jundiaí no cenário nacional. O desenvolvimento cafeeiro é mostrado desde o início da produção no Vale do Paraíba no início do século XIX, os fatores que contribuíram para a decadência do café nessa região e sua expansão para o interior paulista, tendo a cidade como participante neste processo. Além de ter muitas propriedades ligadas ao setor cafeeiro, outro destaque foi sua inclusão na rota da ferrovia São Paulo Railway, fato este de grande relevância para o crescimento regional e do interior paulista.

Ainda neste capítulo, é analisada a questão a imigração no Estado de São Paulo, dando maior ênfase à imigração italiana na região, além do processo de industrialização, base da economia atual da região, através da industrialização de São Paulo.

O segundo capítulo é direcionado à fazenda propriamente dita. Sua produção com base na agricultura e a compra da propriedade pelo Barão de Serra Negra. A economia cafeeira, principal fonte de renda da fazenda, é demonstrada desde sua produção, comercialização e a substituição da mão-de-obra escrava pela de imigrantes.

No terceiro capítulo são demonstradas as questões de herança da propriedade, as mudanças e diversificações das atividades econômicas, a produção de café na fazenda sendo afetada pela crise de 1929, a substituição por outros produtos e a retomada do café na década de 1940, onde se prolongaria até 1980.

Ainda neste capítulo, é abordada a fragmentação da propriedade, de 3.000 alqueires em 1860 aos atuais 34 alqueires.

Por fim, no quarto capítulo, abordamos nosso principal questionamento: A mudança da atividade agrícola na propriedade para o Turismo Histórico Rural. Essa é uma questão que merece importante destaque, pois demonstramos como as propriedades rurais estão buscando alternativas de renda não ligadas a atividades agrícolas, buscando nas chamadas ORNA's – ocupações rurais não-agrícolas uma nova fonte de renda, mais atraentes do que o setor agrícola, tanto para proprietários quanto para os trabalhadores.

No caso da Fazenda Nossa Senhora da Conceição, que ainda se mantém nas mãos dos herdeiros do Barão, o turismo foi a alternativa encontrada para mantê-la economicamente ativa em meio a 'uma cidade industrializada.

Capítulo 1 - CONTEXTO GERAL E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE JUNDIAÍ E DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apresentaremos uma breve contextualização da região e da cidade de Jundiaí, para que se possa entender a inserção da Fazenda Nossa Senhora da Conceição no desenvolvimento regional e no cenário econômico nacional.

1.1. QUADRO GERAL DE JUNDIAÍ

A cidade de Jundiaí foi formada no ano de 1615, com a inauguração de uma capela dedicada a Nossa Senhora do Desterro. Primeiramente, foi fundada como o Arraial de Jundiaí. Em 14 de dezembro de 1665 foi reconhecida oficialmente com Vila de Jundiaí e a capela como paróquia, hoje catedral, mantendo o mesmo nome quando de sua fundação. Foi elevada à categoria de cidade no dia 28 de março de 1865 e ocupou posição de destaque na região em que se encontra, com grande notoriedade nos aspectos econômicos e na sua localização.

No início, Jundiaí serviu como ponto de descanso e de partida para muitos bandeirantes que partiam para explorar o interior da capitania de São Paulo e ao longo dos anos, foi se estruturando economicamente, em compasso com o desenvolvimento paulista.

Inicialmente, a cidade desenvolvia sua economia através de atividades agrícolas, as quais foram se diversificando conforme o mercado exigia. Durante o século XVIII, Jundiaí tinha como principal produto, a cana-de-açúcar, tendo vários engenhos instalados na cidade. Em 1836, o principal produto de comércio na cidade era o açúcar e após duas décadas, com a queda do preço do produto no mercado exterior e o avanço da economia cafeeira, a cidade passou a se dedicar principalmente ao cultivo do café, produto este que fez com que a província de São Paulo se destacasse no cenário econômico e de desenvolvimento do Brasil. Em 1854, alguns fazendeiros da cidade começaram a adotar a mão-de-obra imigrante para trabalhar paralelamente aos escravos. Nesse período, a cidade já tinha uma notável participação nas exportações dos produtos brasileiros, iniciada com a cana-de-açúcar e continuada com o café.

Ana Luíza Martins (1997, p. 3) enumera uma série de fatores como causa da substituição da produção da cana-de-açúcar pelo café. Dentre eles: os investimentos mais baixos para o cultivo do café, o produto se deteriorava menos no transporte, o cafeeiro tinha uma longevidade maior do que a cana, o preço do café no mercado internacional estava mais bem cotado e faltava o produto na praça.

Segundo o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (2004, p.13), no ano de 1845, o Brasil era responsável por 45% das exportações de café no mundo. Na década de 1850, o progresso e a riqueza do país dependiam em grande parte da cafeicultura.

De acordo com ARFELLI (2002, p. 80): “(...) A explicação do fato é que em nenhuma outra parte do mundo o pé de café rendia tanto quanto no Estado de São Paulo, graças à natureza especial do solo e das condições climáticas”.

Podemos observar o avanço da economia cafeeira através do quadro 1 apresentado por Bóris Fausto, (2002, p.191):

Quadro 1. Brasil – Exportação de Mercadorias

(% do valor dos oito produtos principais sobre o valor total da exportação)

Decênio	Total	Café	Açúcar	Cacau	Erva – mate	Fumo	Algodão	Borracha	Couros e Peles
1821/30	85,8	18,4	30,1	0,5	-	2,5	20,6	0,1	13,6
1831/40	89,8	43,8	24,0	0,6	0,5	1,9	10,8	0,3	7,9
1841/50	88,2	41,4	26,7	1,0	0,9	1,8	7,5	0,4	8,5
1851/60	90,9	48,8	21,2	1,0	1,6	2,6	6,2	2,3	7,2
1861/70	90,3	45,5	12,3	0,9	1,2	3,0	18,3	3,1	6,0
1871/80	95,1	56,6	11,8	1,2	1,5	3,4	9,5	5,5	5,6
1881/90	92,3	61,5	9,9	1,6	1,2	2,7	4,2	8,0	3,2
1891/00	95,6	64,5	6,6	1,5	1,3	2,2	2,7	15,0	2,4

Fonte: Comércio exterior do Brasil, nº 1, C. E. e nº 12-A, do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, em Hélio Schlittler Silva, “Tendências e Características Gerais do Comércio Exterior no século XIX”, Revista de História da Economia Brasileira, ano 1, jun. 1953, p. 8.

Com o avanço da economia cafeeira, a cidade foi incluída como parte da rota da São Paulo Railway, conhecida como Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, fato este que foi extremamente importante para que a cidade se desenvolvesse ainda mais. A ferrovia foi inaugurada no dia 16 de fevereiro de 1867, sendo responsável para que fosse alavancada a economia da Província de São Paulo e de todo o país.

Não diferente dos outros lugares, Jundiaí tinha como principal mão-de-obra nas fazendas, o trabalho escravo e depois passou a explorar a mão-de-obra dos imigrantes europeus que aqui chegaram para trabalhar, como nos afirma Geraldo Gomes Gattolini: “Com relação a Jundiaí, que foi um dos maiores municípios a praticar a escravidão dos negros e, depois, sob disfarce a escravizar também os europeus que para cá vieram...” (1996, p.139).

1.2. A IMIGRAÇÃO

Sobre a entrada de imigrantes em São Paulo, ARFELLI apresenta o seguinte quadro (2002, p.60):

Quadro 2. Imigração no Estado de São Paulo

Década	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Japoneses	Alemães	Austríacos
1870/1879	3.411	1.660	300	-	1.091	176
1880/1889	144.654	22.613	5.538	-	2.354	2.590
1890/1899	340.243	59.011	86.994	-	7.176	14.910
1900/1909	174.634	57.097	88.524	825	3.881	5.377
1910/1919	105.834	132.682	135.326	27.114	6.731	5.084
1920/1929	74.778	113.366	63.814	57.164	32.719	8.662
1930/1939	12.429	36.284	6.584	101.666	10.397	1.323
1940/1949	9.519	18.114	1.317	2.946	2.091	763
1950/1959	12.600	20.102	7.447	49	2.721	420
Total	878.102	460.929	395.844	189.764	69.161	39.305

Fonte: Boletim do Serviço de Imigração e Colonização – São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio – Acervo: Biblioteca – Memorial do Imigrante e outras.

Com base nos dados apresentados, nota-se que houve um grande número de imigrantes em São Paulo, com destaque para a grande maioria de imigrantes italianos.

Jundiaí passou a ser um importante entroncamento ferroviário, permitindo a imigração de muitas famílias, algumas de ingleses e espanhóis, mas em sua maioria de colonos italianos, devido ao incentivo do governo brasileiro à imigração e à criação do Núcleo Colonial Barão de Jundiaí, fundado em 1888, onde hoje se localiza o bairro da Colônia.

No final da década de 1880, com a abolição da escravidão e a mudança maciça para a utilização de trabalhadores italianos subsidiados nos campos de café, em plena expansão, o Brasil emergiu temporariamente como principal zona de imigração. É importante lembrar que a vinda de italianos para Jundiaí se deu nesse contexto.

(FILHO, Walter da Costa e Silva, 2008, p.79)

Com a chegada dos italianos, alguns passaram a trabalhar nas fazendas da região e outros a desenvolver sua própria atividade econômica, nos lotes que compraram do governo.

Apesar de não haver dúvidas de que os fazendeiros de café exploravam os trabalhadores subsidiados e que muitas famílias tiveram experiências negativas durante os seus anos de trabalho como colonos nas fazendas de café, também não há dúvidas de que um número significativo de colonos conseguiu poupar dinheiro e tornar-se proprietário de terra.

(FILHO, Walter Costa e Silva, 2008, p.81)

Essa observação feita por Silva Filho, de que os rumos dos imigrantes não foram os mesmos, que alguns passaram a ser explorados nas fazendas de café e que outros conseguiram prosperar e se tornar proprietários, pode ser observado nos seguintes relatos, respectivamente:

“Ainda a respeito da libertação dos escravos, minha avó, Genoefa Fundello Gattolini, me contou que chegou a Jundiaí no dia 13 de maio de 1888. E que sua família ficou com muito medo do intenso movimento, dos tiros e da correria que havia na cidade. Dois dias depois contaram para sua família e para os italianos recém chegados o que tinha acontecido. Eles não entenderam nada porque ninguém sabia que no Brasil havia escravidão. Só iam conhecer o lado amargo da escravidão quando foram trabalhar numa fazenda de café em Itupeva.”

(GATTOLINI, Geraldo Gomes, 1996, p.140)

(...) não apenas como força trabalhadora, mas também como proprietários de pequenas empresas industriais. As empresas maiores geralmente cresciam a partir de migração espontânea, e em pequena escala, de pessoas não pertencentes à classe trabalhadora; a família Matarazzo representa um dos melhores exemplos de migração espontânea...

(FILHO, Walter da Costa e Silva, 2008, p.87)

A presença dos descendentes de italianos e a influência da cultura ainda são muito fortes na cidade, fato este que pode ser comprovado através da gastronomia local, da produção de uvas de mesa e de vinhos, introduzidas após a chegada dos imigrantes, bem como a maior parcela do turismo local gira em torno da cultura e da influência italiana.

Sobre a presença e a influência da imigração italiana no Brasil e em São Paulo, ARFELLI (2002, p. 61) nos aponta esses dados tomando por base publicação do Jornal Ítalo Brasileiro (ano 1, 1996, p.8), o qual aponta a existência de 22.753.000 italianos e descendentes no Brasil. (...) "Já a Embaixada da Itália no Brasil fixou esse número em 25.000.000, dos quais o Consulado Italiano em São Paulo indica haver 6.000.000 só no Estado de São Paulo".

1.3. INDUSTRIALIZAÇÃO

Conforme nos cita Barjas Negri em "Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo" (1996), a industrialização se deu em um contexto onde a principal fonte de financiamento foi o acúmulo do capital realizado através da economia cafeeira. Outros fatores também levaram aos investimentos nesse setor, e alguns deles serão aqui mencionados, mas não tratados em sua complexidade.

Um dos fatores foi a enorme expansão do produto entre 1886 e 1896, o que provocou uma crise de superprodução, provocando uma queda no preço do café, que se estenderia até a primeira década do século XX. Em dezembro de 1906 foi assinado o Convênio de Taubaté, que garantia a compra do excedente da produção e preços mínimos para o produto. Também foi criada a Caixa de Conversão, responsável pela estabilização da taxa de câmbio.

Vejamos esses resultados na afirmação abaixo feita por NEGRI:

O êxito dessa política, garantindo elevadas rentabilidades das atividades cafeeiras, permitiu a transferência de recursos para as demais atividades agrícolas, para as ferrovias, geração de energia elétrica e, notadamente para as atividades industriais. Com isso, o período 1907/1913 representou a realização de notáveis investimentos industriais, fortemente concentrado em São Paulo, que, neste caso, contou ainda com a extraordinária diversificação agrícola, desenvolvendo uma agricultura comercial de alimentos. (1996, p. 19)

No final do século XIX, Jundiaí também passou a ser sede algumas indústrias, principalmente no setor Têxtil, sendo a Fábrica São Bento a primeira da cidade, que recentemente foi demolida e no local ergue-se um condomínio de luxo. Outra importante indústria têxtil do fim do século XIX foi a Argos, que foi adquirida pela Prefeitura Municipal e é denominado como Complexo Argos.

Na década de 1930, Jundiaí passou a acompanhar o desenvolvimento industrial de São Paulo e a partir de então, a indústria passou a ser a principal atividade econômica da cidade, a qual predomina até os dias de hoje, com um grande e importante pólo industrial, firmado principalmente devido à localização estratégica da cidade que é cortada pelas Rodovias Anhanguera e Bandeirantes e Dom Gabriel Paulino Bueno Couto.

Na década de 1950, Jundiaí passou a consolidar ainda mais a sua industrialização e no ano de 1969, foi criado através de um Plano Diretor o distrito industrial da cidade, recebendo um grande número de empresas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Jundiaí passou a ser a única fornecedora de vinho do Estado de São Paulo, pois nesse período, os navios do Rio Grande do Sul temiam aportar em Santos, temendo os submarinos alemães. Esse fato fez com que a viticultura na cidade desse um enorme salto e até hoje a produção de vinho é muito forte, tanto artesanal quanto industrializado.

Apesar de ter na indústria sua principal fonte de desenvolvimento, Jundiaí ainda apresenta em suas extremidades, áreas rurais, cultivando uma diversidade de produtos agrícolas, principalmente de frutas, com destaque para a produção de uvas de mesa e na produção de vinho de mesa, com inúmeras adegas estabelecidas.

Jundiaí faz parte da rota turística denominada Circuito das Frutas e recebe um grande número de turistas, que visitam os sítios, as adegas e os restaurantes tradicionais. Destaque também para a Festa Italiana no bairro da Colônia e para a Festa da Uva, que é realizada desde o ano de 1934 e recebeu logo na sua primeira edição aproximadamente 100.000 visitantes.

1.4. A ECONOMIA CAFEIEIRA EM SÃO PAULO

A produção de café na região do Vale do Paraíba iniciou-se nas primeiras décadas do século XIX, com recursos oriundos do comércio e de alguns militares de alta patente que passaram a investir no cultivo do produto, como nos afirma Bóris Fausto (p.186), indicando como referência os estudos do historiador Stanley Stein. O início da plantação dependia de recursos financeiros altos, pois incluíam compra de terras, derrubada de matas, preparo da terra e a aquisição de escravos e somente após um período de quatro anos é que as plantas começavam a produzir.

O cultivo do café era realizado com técnicas simples, sem muitos investimentos na conservação das áreas, o que foi um dos muitos fatores que contribuíram para a decadência da economia cafeeira na região do Vale do Paraíba, como nos mostra Bóris Fausto no trecho a seguir:

Durante quase todo o período monárquico, o cultivo do café foi feito com o emprego de técnicas bastante simples. Algumas dessas técnicas de uso do solo, ou, em certos aspectos, de depredação do solo, existem até hoje. A produção era extensiva, isto é, não havia interesse ou preocupação com a produtividade da terra. Esgotado o solo, pela ausência de adubos e outros cuidados, estendia-se o cultivo a novas áreas, ficando a antiga em abandono, ou destinada a roças de alimentos. (2002, p.187)

Além do esgotamento das terras, outros fatores que podemos enumerar como consequência para o declínio da economia cafeeira no Vale do Paraíba foram os limites geográficos da região, onde se encontra a Serra do Mar e Serra da Mantiqueira, a relutância dos fazendeiros em aderir mão-de-obra assalariada, o fim da escravidão e a dificuldade no transporte do produto, que antes da construção da ferrovia era feito por tropas de mulas, guiados até o Rio de Janeiro por arreadores e por escravos tropeiros.

Para expor brevemente sobre algumas das causas que contribuíram para a decadência da economia cafeeira na região do Vale do Paraíba, tomando como base os estudos de Wilson Cano em Raízes da Concentração Industrial em São Paulo (1975, p. 6-27), será feita uma breve exposição, não detalhada de alguns fatores:

- Quanto ao esgotamento de terras, observa-se que a região do Vale recebeu grande número de pés de café principalmente na década de 1830 e quando da expansão do café para o Oeste, as terras já não eram mais tão férteis quando do

início da produção, já que o café exige um solo preparado para que se tenha uma boa produção. Cabe ainda ressaltar que a maioria dos pés de café eram velhos e a produção era baixa.

- A condição geográfica da região serrana, dificultava a expansão da lavoura;
- O preço do escravo crescia cada vez mais, desde a década de 1830, sendo que na década de 1850, o preço acelerou, sendo que subia cada vez mais, conforme a chegada de mão-de-obra de imigrantes e a implantação de novas leis, como a de proibição do tráfico de escravos;
- A adoção da mão-de-obra de imigrantes crescia cada vez mais, como Wilson Cano nos mostra, apresentando a seguinte proporção entre escravos e imigrantes: em 1874 era de 15:1, em 1880 de 8:1, em 1886 de 6:1 e em 1885 de 3:1. Tomando por base esses dados, pode-se observar que a substituição da mão-de-obra do escravo pela do imigrante era inevitável;
- Na antiga região cafeeira de São Paulo, ou seja, o Vale do Paraíba havia grande número de escravos e poucos imigrantes;
- A expansão da cafeicultura no Oeste Paulista, principalmente na década de 1870, tornava impossível a competição do Vale com o Oeste;
- Os investimentos em maquinários no Oeste foram feitos em maior escala e com a baixa na produção, os produtores do vale não tinham muito como investir em tecnologias para a lavoura.

Após o período de decadência do café na região do vale do Paraíba, muitas cidades que prosperavam e imperavam com hegemonia do café, pareciam cidades abandonadas, sem expectativas de voltar a prosperar, com os casarões e as fazendas praticamente abandonadas. Este cenário foi relatado pelo escritor Monteiro Lobato em *Cidades Mortas*, no ano de 1919.

O café, antes predominantemente cultivado na região do Vale do Paraíba, vinha encontrando no Oeste paulista um novo terreno para se estabelecer como cultura dominante e de alavancagem econômica para a região e para o país.

As economias cafeeiras do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista seguiram trajetórias opostas. A partir das duas últimas décadas do Império, enquanto a primeira declinava, a segunda continuava em franca expansão...no Oeste existia uma grande disponibilidade de terras, permitindo a incorporação contínua de novas áreas.

(FAUSTO, Boris, 2002, p. 201)

Além da disponibilidade de terras, o solo e o clima favoráveis para o cultivo da planta, a implantação da ferrovia, a adoção de mão-de-obra assalariada e a adesão a novas tecnologias de cultivo e beneficiamento do café – introdução do arado e do despoldador, o Oeste paulista firmou de vez sua hegemonia na produção e exportação do café no Brasil, sendo responsável por um grande acúmulo de capital e dando origem a uma nova classe denominada burguesia do café, que passou a ter ainda mais influência nas decisões políticas do país.

Toledo faz uma importante observação sobre a integração do café com a ferrovia:

Pela primeira vez na história, e em meio a um veloz processo de modernização, São Paulo, a província, articulava-se economicamente em torno do café, fisicamente ao longo dos trilhos das estradas de ferro e politicamente por interesses comuns que multiplicariam a influência de sua elite, no contexto do Império. (2003, p. 363)

A região de Jundiaí ganhou grande notoriedade como um dos pontos de partida mais importantes para a comercialização do café em meados da década de 1860, com a chegada da ferrovia, pois o produto embarcava nos trens em direção ao porto de Santos, que começa a ganhar notoriedade com a exportação do café e que no início do século XX passaria a ser o principal porto do país, para que de lá pudesse seguir para a Europa e para os Estados Unidos, através das intervenções realizadas pelos comissários, responsáveis pelas negociações do produto.

Sobre o avanço do porto de Santos, Toledo nos mostra (2003, p. 364) que em 1850, era responsável por 11% das exportações brasileiras de café e em 1870, esse percentual havia subido para 55%, sendo na década de 1880 passou por obras de ampliação e de modernização.



Armazém de café na cidade de Santos. Fonte: acervo da família.

É dentro deste contexto brevemente apresentado que está inserida a Fazenda Nossa Senhora da Conceição, que desde sua fundação até os dias de hoje vem acompanhando o desenvolvimento econômico, cultural e político da cidade, atuando como forma de uma empresa, que ao longo do tempo teve suas atividades modificadas.

Capítulo 2 - O DESENVOLVIMENTO DA FAZENDA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

A Fazenda Nossa Senhora da Conceição é um exemplo concreto do desenvolvimento econômico pelo qual o Estado de São Paulo passou nos séculos XIX e XX, conforme o país era conduzido política e economicamente.

Neste capítulo, abordaremos mais diretamente o desenvolvimento da Fazenda Nossa Senhora da Conceição, a propriedade durante o auge no período do café, a transição da mão-de-obra escrava para a assalariada e a fragmentação da propriedade.

2.1. A FAZENDA NO SEU PRIMEIRO CINQUENTENÁRIO

A Fazenda Nossa Senhora da Conceição foi fundada no ano de 1810, período em que o país estava passando por diversas transformações com a vinda da família real em 1808 e a transferência da sede do governo português para o Brasil.

Durante um período de aproximadamente 40 anos, a atividade econômica realizada na fazenda foi o cultivo da cana-de-açúcar, atividade agrícola que predominava no país e na região de Jundiaí e até a década de 1830, foi o produto que mais representava as exportações brasileiras. O cultivo era realizado exclusivamente através da mão-de-obra exclusivamente escrava.

Nesse período, a fazenda contava com duas senzalas, casa do administrador, casas de visitantes e uma casa para a família.

Entre os anos de 1859 e 1862, foi construída a atual casa sede da propriedade. Sob a casa havia a senzala doméstica, com três compartimentos, onde ficavam os escravos que realizavam os serviços domésticos.

No ano de 1860, a propriedade abrangia uma área aproximada de 3.000 alqueires, onde hoje estão situados os bairros do Mato Dentro, Rio Acima, Jundiaí Mirim, parte do Caxambu, Champirra, Parque da Fazenda e uma parte da cidade de

Itatiba após a divisa com Jundiaí. Nesse período, ela foi adquirida e incorporada às inúmeras propriedades de Francisco José da Conceição.

2.2. O BARÃO DE SERRA NEGRA E A FAZENDA

Francisco José da Conceição nasceu no ano de 1822, na então Vila da Conceição, que depois se tornaria a Vila de Serra Negra na cidade de Piracicaba. Filho de Antônio José da Conceição e de Rita Morato de Carvalho, desde jovem dedicou-se à carreira comercial. Tornou-se empreendedor e prolongou suas relações comerciais pelo interior do Estado de São Paulo, Mato Grosso e Goiás e favorecido pelos rios Piracicaba e Tietê, foi defensor e um dos investidores nos meios de transporte fluvial e mais tarde das ferrovias.

Em 1868 passou a dedicar-se exclusivamente à lavoura, sendo o primeiro a introduzir em Piracicaba máquinas aperfeiçoadas para beneficiar café e arar a terra. Durante a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861 – 1865), foi o primeiro a introduzir o cultivo do algodão neste município, a qual se espalhou em seguida.

Casou-se com Gertrudes Eufrosina da Rocha, com quem teve dez filhos, sendo seis homens e quatro mulheres.

Fazia parte da elite econômica do Estado, buscava estar em conformidade com a economia e dentro do contexto da época, entendeu o café como atividade próspera e já vinha investindo no produto em outras propriedades que possuía.

No dia 17 de maio de 1875, foi agraciado por Decreto Imperial com o título de Barão de Serra Negra, bem como sua esposa também recebeu o título de baronesa.

Era Chefe do Partido Liberal. Tinha muita influência política, como podemos observar na foto a seguir, tirada no ano de 1886, em uma das visitas que o Barão recebeu do Imperador em uma de suas propriedades na cidade de Piracicaba. Podemos observar o Barão de Rezende, Conde D'eu, Governador João Alfredo, Princesa Isabel, D. Pedro II, Conde de Motta Maia, Angelina Conceição, Maria Conceição, Ana Cândida Conceição Rezende e Barão de Serra Negra.



Fonte: Acervo da família.

Ao adquirir a Fazenda Nossa Senhora da Conceição, a propriedade já havia modificado o cultivo da cana-de-açúcar para o cultivo do café, que estava se mostrando muito próspero na região e se expandindo para o Oeste paulista.

Francisco comprou não só a propriedade, mas também os escravos que ali trabalhavam, porém como expandiu a lavoura do café, necessitava de mais mão-de-obra, levou para lá escravos de suas outras propriedades. Possuía aproximadamente 800 escravos, os quais eram distribuídos entre os seus negócios.

O Barão não chegou a morar na fazenda, apenas passava temporadas na propriedade e quem administrava o local e o andamento da empresa era um de seus filhos – José da Conceição, que recebeu a fazenda como parte que lhe cabia da herança de seu pai.

Francisco José da Conceição ficou viúvo no ano de 1888 e em março de 1900 resolveu redigir seu testamento, dividindo a herança entre seus dez filhos. De

acordo com o testamento, disponibilizado através do acervo da família, seu patrimônio era constituído por investimentos em ações dos mais variados setores, bancos, fazendas e imóveis em diversos lugares, além de uma quantia de 707.200/,000 (setecentos e sete contos e duzentos mil réis). Sua fortuna foi avaliada em 3.290.159/,350 (três mil, duzentos e noventa contos, cento e cinqüenta e nove mil trezentos e cinqüenta réis). Reservou uma terça parte para se e o restante foi dividido entre seus dez filhos, sendo que cada um recebeu a quantia de 211.677/,290 (duzentos e onze contos, seiscentos e setenta e sete mil e duzentos e noventa réis), entre propriedades e dinheiro.¹

O Barão morreu no dia 02 de outubro de 1900 e seu corpo foi sepultado em uma capela que mandou construir em uma de suas propriedades, a Fazenda Bom Jardim em Rio das Pedras. Anos mais tarde, seus restos mortais foram transferidos para o cemitério de Piracicaba. Como forma de homenageá-lo, o Estádio de Futebol da cidade tem o nome de Barão de Serra Negra.

2.3. O CAFÉ NA FAZENDA



A Fazenda Nossa Senhora da Conceição no início do século XX, no período de cultivo do café.

Fonte: <www.fnsc.com.br>

¹ Testamento disponibilizado através do acervo da família.

O café da região era escoado até o porto de Santos através da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, construída com auxílio financeiro dos empresários do café. No ano de 1867, Jundiaí era o principal ponto de partida de comercialização de café no Estado de São Paulo.

Tanto a colheita quanto o beneficiamento do café eram realizados na fazenda. Além da produção própria, o café de outros produtores também era comprado para ser beneficiado na fazenda, pois dispunha de um moderno maquinário para o processamento.

A Fazenda Nossa Senhora da Conceição fica a uma distância de 16 Quilômetros da Estação Ferroviária de Jundiaí, no bairro da Vila Arens. As sacas de café eram conduzidas pelos escravos com carros de boi ou em lombos de burros até a estação, de onde era enviado para o Porto de Santos e dali seguia seu destino.

Essa condição para que se pudesse transportar o café trazia toda uma morosidade, pois tinham que caminhar muito até a Estação Ferroviária e além da distância percorrida, outro fator relevante era o risco que o fazendeiro corria quanto à tentativa de fuga de seus escravos.

Na década de 1860, a fazenda passou a ser muito conhecida, pois nesse período o café dominava as lavouras na província de São Paulo e a propriedade contava com aproximadamente 350.000 pés de café.

Segundo Antônio Sestini, o atual proprietário da fazenda, uma produção normal de café varia entre 1.500 a 2.000 Kg por alqueire, ou seja, de 25 a 35 sacas de 60 Kg café beneficiado. Sendo assim, com uma área de 3.000 alqueires, a produção do produto na fazenda era muito grande.

Conforme a produção ia crescendo, foi sentindo a necessidade de aprimorar seus métodos de plantio, beneficiamento e venda do café, passando a investir em maquinários modernos e negócios realizados com comissários em Santos.

O capital dos barões do café ajudou a financiar o prolongamento da ferrovia até Campinas e no dia 11 de agosto de 1872, o primeiro trem chegou à cidade de Campinas. No prolongamento da malha ferroviária, foi construída em Jundiaí uma outra Estação, localizada no bairro do Horto e chamada Estação do Horto, sendo que era uma pequena estação destinada apenas para cargas. Esta estação ficava à aproximadamente 5 Quilômetros de distância da Fazenda Nossa Senhora da Conceição, sendo que à partir de então, o café da fazenda passou a ser conduzido para lá, e para uma outra Estação na cidade de Itatiba chamada Estação Tapera

Grande, localizada na estrada que liga Itatiba à Louveira, com a mesma distância aproximada. Isso reduziu em média 70% do caminho percorrido para o embarque das sacas de café nos trens, o que foi muito favorável para o aumento e a aceleração da produção de café na fazenda.

Como já foi visto, ao adquirir a fazenda, o Barão de Serra Negra expandiu a produção de café, a qual já havia sido iniciada no final dos anos 1850, atividade esta que perdurou por muitos anos como o principal produto da empresa.

Na propriedade, eram cultivadas diversas variedades de café, como o *Novo Mundo*, *Sumatra*, *Maragogi* e *Arábica*, porém a que predominava era o cultivo do café Novo Mundo, que se adaptou muito bem com o clima e ao solo paulista.²

Geralmente, a colheita do café era realizada de Maio à Setembro, quando havia aproximadamente 20% de grãos verdes e 80% de grãos cereja, ou seja, com a coloração vermelha.

A colheita era feita das seguintes maneiras:

- **Através da derrixa total no pé.** Para esse tipo de colheita, era colocado um pano no chão, em torno da planta e o colhedor puxava os grãos dos galhos em direção ao seu corpo, onde as sementes iam caindo sobre o pano, juntamente com as folhas. Em seguida, eram colocados em uma peneira para “abanar”, com o intuito de separar as folhas dos grãos. Esse tipo de colheita misturava os grãos verdes com os vermelhos.

- **Através da colheita dedo a dedo.** Nesse tipo de colheita era dada uma atenção maior ao grão cereja, os quais eram colhidos um a um. Esse tipo de colheita é muito demorada, porém podia-se obter uma bebida de excelentíssima qualidade. Os grãos iam sendo colocados em uma cesta, que ficava envolvida no corpo do colhedor, diferente da derrixa, feita no pano. Devido ao lento processo, os preços desse tipo de café eram muito mais altos do que o normal e atendia a uma classe mais elevada da sociedade.

² Segundo informações do IAC – Instituto Agrônomo de Campinas, a planta de café da qualidade Novo Mundo é de porte alto, com frutos vermelhos, de maturação média e se adaptou bem em climas como o do Estado de São Paulo.

Para trabalhar na lavoura, de aproximadamente 350.000 pés de café, havia um número grande de escravos, de difícil quantificação, pois o trabalho com o café na fazenda era intenso. Ali era colhido o produto, feito o beneficiamento, a estocagem e também saiam as sacas, conduzidas em lombos de burros e em carros de bois até a Estação Ferroviária da Vila Arens em Jundiá e de Tapera Grande, em Itatiba, de onde seguia nos trens a vapor em direção ao Porto de Santos.³

Transformar o café em bebida deliciosa, no século XIX, implicava longo e penoso processo, que compreendia: a derrubada da mata, o plantio, a colheita, o beneficiamento e o despacho do produto. Quem realizava todas essas tarefas? O escravo, é claro, mão-de-obra vantajosa para o fazendeiro.

(MARTINS, Ana Luzia, 1997, p. 19)

2.4. ESCRAVOS NA FAZENDA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

O tratamento aos escravos nem sempre ocorria da mesma maneira em todos os lugares. Cada região, cada proprietário tinha suas próprias maneiras de lidar com eles. Sem sombra de dúvidas a escravidão, concomitantemente com as teorias racistas, as quais passaram a ser tratadas de forma acadêmica por intelectuais a partir da década de 1870⁴, formou uma grande ferida na história brasileira, que deixou cicatrizes, como por exemplo, quando o negro ainda é visto por muitos, como alguém inferior na sociedade.

O que precisa ser deixado de lado é a imagem apresentada em livros didáticos e imposta no imaginário das pessoas sobre a escravidão, onde os escravos eram diariamente torturados, desnutridos e constantemente mortos por mando de seus proprietários.

Se o escravo era considerado uma mercadoria de alto valor, não faz sentido que os seus senhores os mandassem matar e açoitar constantemente, bem como os deixassem passar fome, pois dependiam que estivessem em condições de trabalho, caso contrário, seria prejuízo na certa.

³ Dados obtidos segundo informações do Sr. Antônio Sestini, atual proprietário da fazenda e tataraneto do Barão e através site www.fnsc.com.br. - Acesso em : 21 fev. 2010.

⁴ Segundo Lilia Moritz Schwarcz em O Espetáculo das Raças.

Uma pessoa desprovida das condições mínimas para sobreviver, tais como alimentação, assistência básica à saúde e abrigo facilmente adoece e não tem condições de trabalhar. Sendo assim, um escravo em situações tão degradantes, não poderia trabalhar, concluindo-se que eram fornecidas, na maioria das vezes, condições básicas para sua sobrevivência e saúde, pois o trabalho na lavoura exige muito esforço físico.

Além de se ver quase que obrigado a preservar sua “mercadoria” (escravos) com o intuito de tê-lo disponível para aumentar seus ganhos, Gorender (1991, p. 73), cita outros fatores, como a exemplo de que em 1707, o Arcebispo da Bahia, Dom Sebastião Monteiro da Vide publicou medidas que condenavam os maus tratos aos escravos.

Ocorriam também rebeliões de escravos, que em espécie de greves, faziam suas reivindicações aos seus proprietários, a exemplo dos escravos de Manuel da Silva Ferreira no ano de 1789, onde faziam algumas exigências e caso não fossem atendidos, manteriam-se rebelados.⁵

Os castigos eram sim muito cruéis, e têm-se como provas, muitíssimos documentos e objetos de tortura, utilizados para castigar principalmente os que tentassem fuga, desobedecessem e incitassem revoltas. Porém, o que mais se quer destacar é que havia sim diferentes tratamentos entre os escravos conforme as diferentes regiões e proprietários.

Veremos a seguir, dois depoimentos distintos sobre o tratamento dado aos escravos em diferentes fazendas.

O primeiro é referente à declaração de um viajante durante passagem por uma fazenda de café.

Os negros da fazenda, casados ou não, habitam compartimentos alinhados em filas ou por grupos, os quais à noite, após a ceia, são fechados pelo feitor: Essa medida é quase geral [...] Essas casas, construídas de barro, [...] chamavam-se senzalas na linguagem da região [...] De ordinário, mal asseadas, infectas, desprovas de mobiliário.

(RIBEYROLLES, 1980, p.44.v.2, *apud*, MARTINS, 1997, p.10)

O outro é sobre o tratamento que o Barão Pati do Alferes recomendava quanto a seus escravos.

⁵ Informações extraídas da página 111 do livro *A Rebelião Escrava no Brasil – Tratado proposto à Manuel da Silva Ferreira por seus escravos levantados – Bahia, 1789.*

[...] Cada quarto [...] deve acomodar quatro pretos solteiros, e, se jovens casados, marido e mulher com os filhos unicamente. As varandas [...] são de muita utilidade porque o preto, na visita que faz ao seu parceiro não molha os pés se está a chover [...]. As senzalas devem ser feitas no lugar mais enxuto e saudável da fazenda; é da conservação da escravatura que depende a propriedade do fazendeiro.

(WERNECK, p. 57-8, *apud*, MARTINS, 1997, p.10)

No caso da Fazenda Nossa Senhora da Conceição, o avanço na economia cafeeira deu-se devido à mão-de-obra escrava, que elevou a produção do Barão em 1862. Há relatos de que os escravos recebiam de três a quatro refeições por dia, estas, geralmente à base de milho, arroz, feijão e ovos. Apenas o leite não era dado a eles, por ser um produto nobre.⁶

Após a Lei Áurea, a maioria dos ex-escravos continuaram trabalhando na fazenda. Isso também ocorreu em outras fazendas, pois eram marginalizados e discriminados pela sociedade. Além de estarem totalmente ligados com o local onde trabalhavam, a dificuldade para se inserir no mercado de trabalho assalariado tornava ainda mais difícil a sua situação. Portanto, para muitos, foi melhor continuar trabalhando para seus ex-donos por um salário baixo do que se arriscar fora dos domínios da propriedade, ainda mais incerto e difícil.



Filhos de ex-escravos e de colonos vivendo juntos na Fazenda N. Sra. da Conceição. Fonte: acervo da família.

⁶ Informações obtidas através do site www.fnsc.com.br. – Acesso em : 21 fev. 2010.

2.5. IMIGRANTES NA FAZENDA

O processo que conduzia ao fim da escravidão era algo que já tramitava mesmo antes da Lei Áurea (com a Bill Aberdeen, Lei Euzébio de Queiroz, Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários) e era apenas uma questão de tempo para que ela ocorresse.

Ainda que muitos defendessem a manutenção do trabalho escravo, vários fazendeiros perceberam que seria necessário implantar a mão-de-obra assalariada para substituir a escrava e se anteciparam à abolição, para que a transição não trouxesse grandes prejuízos a seus negócios.

Para essa transição de mão-de-obra, era necessário um trabalho paralelo entre escravos e assalariados, sendo que o trabalho assalariado iniciou antes mesmo do fim da escravidão.

Quanto à questão do trabalho assalariado, cabe ser feita uma observação especial, pois há divergências no tocante a tal afirmação.

José de Souza Martins defende a posição de que o sistema de colonato não pode ser considerado trabalho assalariado, pois a renda dos imigrantes provinha da comercialização dos produtos obtidos com a agricultura de subsistência que realizavam em paralelo ao trabalho nas lavouras.

Já Sérgio Silva, afirma que o trabalho era assalariado, defendendo que o imigrante recebia um salário-base, uma comissão pela colheita, fazia serviços extra-plantação por um valor fixado em contrato e terra para seu cultivo de subsistência.

Analisando o contraponto entre esses dois autores, concluímos que o trabalho pode ser considerado assalariado; prova disso são os lotes adquiridos com o tempo por esses imigrantes, os quais passaram a trabalhar na própria terra.

Os recursos financeiros para a compra de propriedades só foram possíveis com o acúmulo de capital adquirido através do trabalho assalariado, em paralelo com os recursos oriundos da agricultura de subsistência.

Exemplo concreto temos com a citação de GATTOLINI quando da formação do bairro do Traviú em Jundiaí, onde um grupo de 45 imigrantes italianos adquiriu as terras após terem trabalhado e acumulado recursos financeiros em uma fazenda na cidade de Campinas. Após a compra das terras, estes imigrantes passaram a exercer atividades comerciais agrícolas.

A principal mão-de-obra assalariada provinha de imigrantes europeus, que como já foi visto no capítulo anterior, chegaram ao Brasil para trabalhar das mais diferentes maneiras.

No ano de 1880 a fazenda recebe os primeiros imigrantes italianos, os quais passaram a trabalhar na lavoura de café juntamente com os escravos.

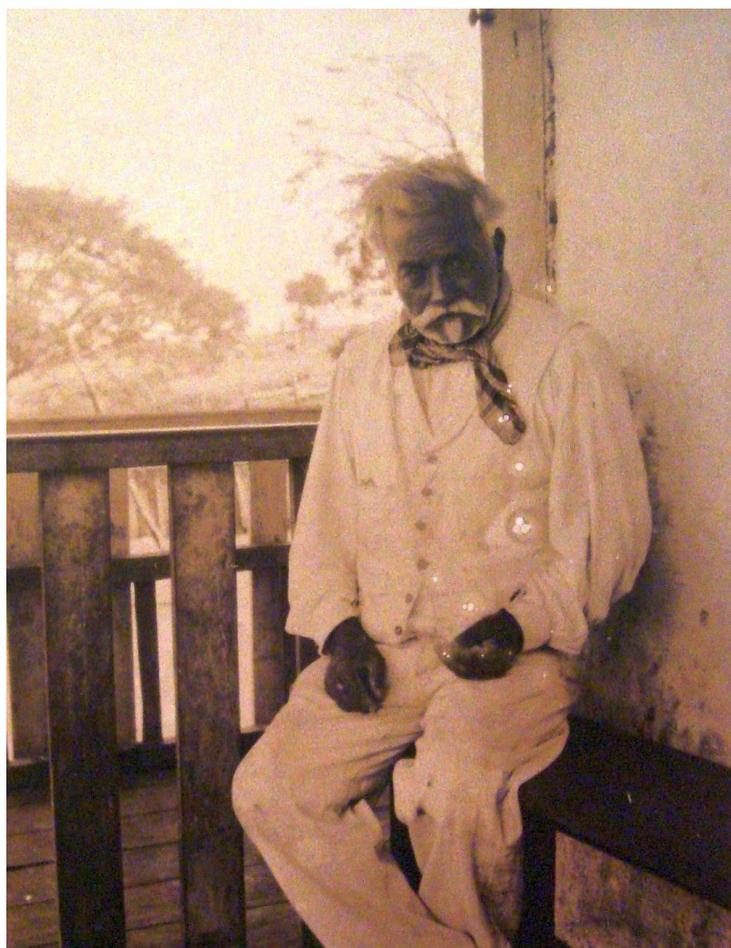


Foto de imigrante italiano na fazenda Nossa Senhora da Conceição. Fonte: Acervo da família.

Para receber esses primeiros imigrantes, foram construídas as chamadas colônias, que eram constituídas de casas dispostas em diversos pontos da propriedade.

A fazenda chegou a ter 30 casas de colonos, ou seja, havia 30 famílias vivendo e trabalhando no local, tendo média entre 6 e 8 membros em cada uma das famílias.⁷

⁷ Informações obtidas através do site www.fnsc.com.br. – Acesso em 21 fev. 2010.



Casas de uma das colônias existentes na fazenda. Foto do local.

Além do trabalho na lavoura de café, os italianos passaram também a realizar uma agricultura de subsistência e introduziram na propriedade o cultivo da uva, tanto para consumo da fruta quanto para a produção de vinhos.

Essa prática fazia parte do sistema de colonato, onde lhes eram cedidos pelos proprietários, um “pedaço” de terra para que pudessem realizar o plantio de produtos próprios, os quais eram cultivados para consumo e o excedente era comercializado.

Seus costumes eram festivos e buscavam manter a cultura em suas festas e reuniões, principalmente quanto à questão religiosa, predominantemente católica, e para tanto, construíram a capela na fazenda, onde realizavam missas, casamentos e batizados.

As festividades podem ser vistas como uma forma de socialização, onde buscavam manter suas tradições e como uma espécie de compensação por não estarem mais em sua terra de origem, com seu povo. Geralmente, as festas populares são realizadas pelas classes mais desprovidas como forma de manter contato com outras pessoas, como forma de tentar esquecer um pouco, ainda que por alguns momentos, as dificuldades pelas quais estão passando, além de estabelecer relações de solidariedade.



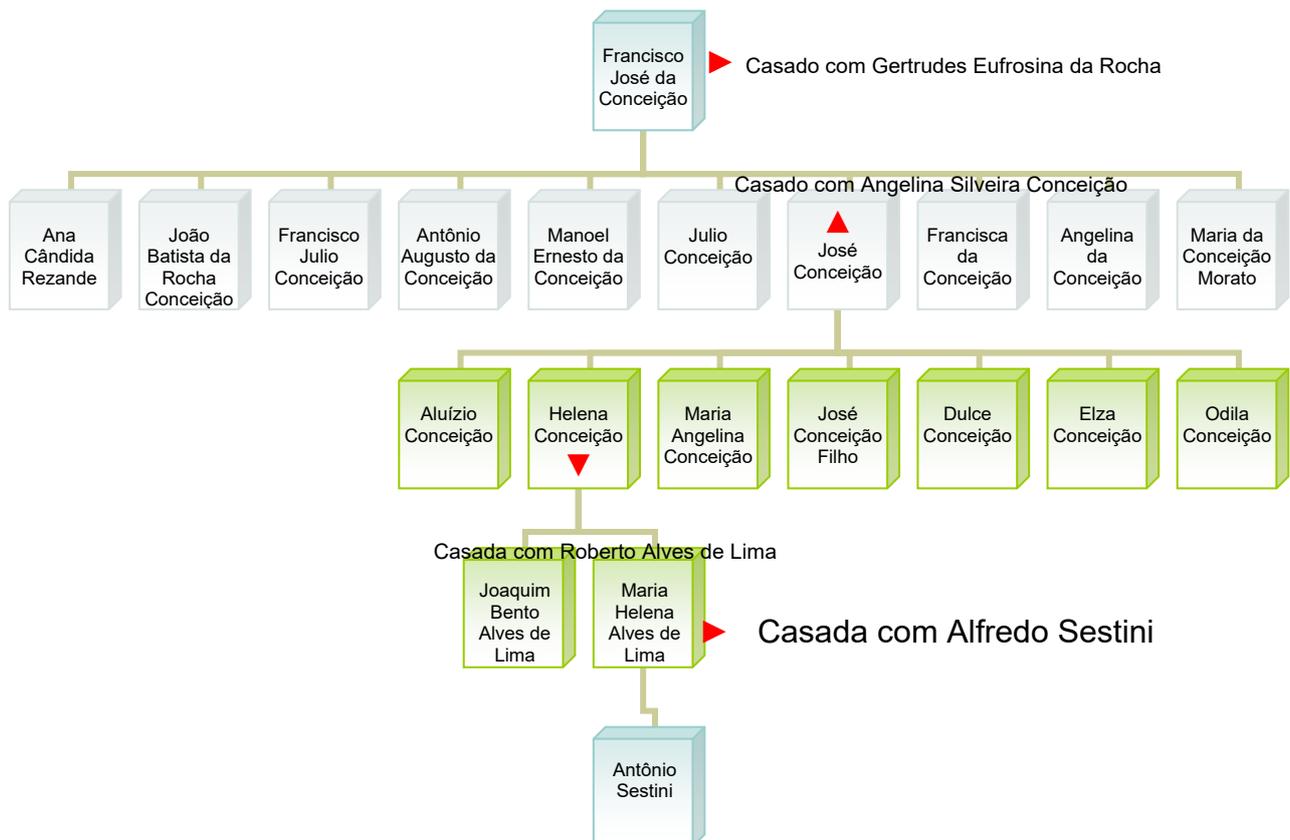
Capela da Fazenda, construída no final do século XIX pelos imigrantes italianos. Foto do local.

A capela ainda conta com um belo acervo histórico, como o altar, esculpido em madeira por um dos seguidores de Aleijadinho, uma pira batismal em forma de índio com adornos de portugueses e a imagem de Nossa Senhora da Conceição, com mais de 200 anos, vinda de Portugal. É a segunda imagem da capela, pois a primeira foi furtada na década de 1980.

Antes de abordarmos o próximo capítulo, teremos a seguir a Árvore Genealógica da família do Barão de Serra Negra. O organograma mostra desde o Barão até seu tataraneto Antônio Sestini, atual proprietário. Cabe ainda ressaltar que será destacada apenas a ramificação referente às pessoas que fizeram parte da fazenda.

Árvore Genealógica

Do Barão de Serra Negra a Antônio Sestini



Capítulo 3 – A FAZENDA COMO HERANÇA

Durante o transcorrer deste capítulo, demonstraremos a Fazenda Nossa Senhora da Conceição sendo passada como herança aos herdeiros do Barão após sua morte até os dias atuais, bem como as diversificações na produção e a fragmentação da propriedade durante o transcorrer dos anos.

3.1. JOSÉ DA CONCEIÇÃO, FILHO DO BARÃO

O Barão não chegou a utilizar a fazenda como sua residência oficial, porém, passava temporadas na propriedade. Quem cuidava da administração do local era um de seus filhos, José da Conceição.

Com a morte do Barão, sua herança foi dividida entre seus filhos e José, ficou com outras propriedades e com a Fazenda Conceição, onde deu continuidade à produção e comercialização do café como principal fonte de renda. Tinha vários negócios com comissários no porto de Santos e além do café produzido na propriedade, comprava a produção de outros fazendeiros e o beneficiamento era realizado na fazenda, de onde o produto seguia para a exportação.

A família Conceição fazia parte da alta burguesia cafeeira, com um grande capital para investir no setor, unindo produção e comércio. Sérgio Silva faz uma importante observação quanto a esta questão:

Desde o começo, os principais quesitos da marcha pioneira não se limitaram a organizar e dirigir plantações de café. Eles eram também compradores da produção do conjunto de proprietários de terra. Eles exerciam as funções de um banco, financiando o estabelecimento de novas plantações ou a modernização de seu equipamento, emprestando aos fazendeiros em dificuldade.

(1985, p. 59)

O autor prossegue afirmando que a gestão das plantações passaram às mãos dos administradores, sendo que os proprietários passaram a se estabelecer em grandes cidades, principalmente em São Paulo. A compra da produção passa a ser cada vez mais centralizada nas casas de exportação.

Torna-se inviável para o pequeno produtor tentar fazer toda a negociação de seu produto, ficando praticamente obrigado a ter um intermediário para a comercialização de sua produção.

A família Conceição, como foi mencionado, fazia esse tipo de transação comercial do café, pois dispunham de um grande capital que fora acumulado desde a administração dos negócios da família pelo patriarca, o Barão, e continuaram a aumentar esse capital quando da gestão da herança pelos seus filhos, que continuaram investindo na modernização do setor cafeeiro.



Maquinário de ensacar café. Exposto no restaurante da Fazenda. Foto do local.

José Conceição casou-se com Angelina da Silveira Conceição⁸, com quem teve sete filhos: Aluízio Conceição, José Conceição Filho, Dulce Conceição, Maria Angelina Conceição, Helena Conceição, Elza Conceição e Odila Conceição.

Durante anos, José e sua esposa elevaram a produção na Fazenda Conceição, além dos outros negócios que possuíam.

⁸ A esposa de José da Conceição – Angelina Silveira da Conceição tem o mesmo nome de sua irmã, Angelina da Conceição Leitão. É importante distinguir as duas pessoas. Portanto, sempre será mencionado o nome completo para diferenciá-las.

José da Conceição foi assassinado no dia 18 de Fevereiro de 1918, em uma de suas propriedades na cidade de Araras. O crime ocorreu devido a um desentendimento entre José Conceição e três de seus colonos da empreitada de café, Antônio, João e Luiz Meneghino. A divergência foi relativa à exploração de venda de feno. Segundo consta nos autos do processo, os colonos tentaram “*incluir, no saldo a receber, cento e sessenta fardos cuja deterioração era manifesta*”. No dia do fato, os colonos compareceram à casa de José, exigindo que seu filho José da Conceição Filho pagasse imediatamente o valor que achavam ter direito a receber. Diante da negativa, Antônio desferiu um tiro de revólver em Conceição Filho, errando a pontaria. José, ouvindo o tiro, vem ao socorro do filho, porém, João Meneghino dá-lhe um golpe de podão e em seguida lhe desferiu mais um outro golpe, causando sua morte.⁹

3.2. ANGELINA SILVEIRA CONCEIÇÃO À FRENTE DA FAZENDA

Mesmo com a morte de José, os negócios não deixaram de continuar na fazenda, passando, então, a ser administrados principalmente por sua esposa Angelina, que contava com o auxílio de seus filhos, em especial o de Aluizio Conceição.

Angelina passou a dedicar-se especialmente aos negócios que envolviam a fazenda e suas produções continuavam em grande escala, mantendo o café como principal produto.

Uma parte da propriedade foi vendida ainda quando Angelina estava à frente dos negócios, porém, a área em que era cultivado o café foi mantida, ainda com a mão-de-obra de colonos e descendentes de italianos.

⁹ Dados extraídos do livro No Jury de Araras, de Martim Francisco, onde é narrado o julgamento dos réus.



Plantação de café na fazenda na época de Angelina Silveira Conceição. Fonte: acervo da família.

No final do ano de 1929, assim como outras propriedades produtoras de café, a fazenda Nossa Senhora da Conceição foi diretamente afetada pela crise econômica, passando por grandes dificuldades para manter-se economicamente ativa.

O governo Vargas não abandonou e nem poderia abandonar o setor cafeeiro. Tratou, porém de concentrar a política do café em suas mãos. Em maio de 1931, o controle dessa política passara das mãos do Instituto do Café do Estado de São Paulo para um novo órgão federal, o Conselho Nacional do Café (CNC), criado em maio de 1931.

(FAUSTO, Boris, 2002, p.333)

Segundo Fausto, o governo federal passou a comprar os estoques de café por um preço mínimo, exceto o café adquirido por São Paulo por conta de um empréstimo em 1930. Esta foi conveniente apenas para os banqueiros, que haviam financiado parte de seus estoques.

Não vendo alternativa para dar continuidade à produção cafeeira, Angelina mandou que fossem derrubados os pés de café, cessando totalmente a atividade comercial da propriedade ligada a este produto.

A fazenda não deixou de ser uma empresa ligada à atividade agrícola, pois no lugar do café, Angelina decidiu iniciar o plantio de uvas para a produção de vinho. A viticultura foi introduzida na propriedade com a chegada dos colonos italianos a partir do ano de 1880, os quais iniciaram o plantio para consumo próprio. A maioria dos trabalhadores do local na época da crise cafeeira era de imigrantes e de seus descendentes, sendo assim, não houve a necessidade de se qualificar a mão-de-obra antecipadamente para cultivar a uva. Isto fez com que a propriedade logo se tornasse uma grande produtora do setor.

A viticultura na fazenda alcançou índices altos, ao ponto de Angelina solicitar urgentemente trabalhadores de São Paulo para sua lavoura.¹⁰

A produção de vinho elevou novamente a economia da propriedade, a qual ganhou notoriedade nacional, assim como outras empresas do setor situadas na cidade de Jundiaí, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial. Os navios do sul do país temiam ataques de submarinos alemães e não aportavam em Santos com suas produções de vinho. A cidade, nesse período, passou a ser a única produtora de vinho do Estado de São Paulo, tanto artesanal quanto industrial.

Angelina faleceu no dia 16 de abril do ano de 1940, quando ainda eram produzidas uvas na propriedade.

3.3. OS IRMÃOS CONCEIÇÃO

Após a morte de Angelina, seus bens foram divididos entre seus sete filhos, sendo que a parte economicamente ativa da Fazenda Nossa Senhora da Conceição ficou como herança de cinco desses filhos, sendo eles: Aluízio Conceição, José Conceição, Dulce Conceição, Maria Angelina Conceição e Odila Conceição.

A propriedade passou a se chamar Irmãos Conceição, tendo Aluízio á frente dos negócios.

No ano de 1945, através de financiamentos conseguidos junto aos bancos, os Irmãos Conceição resolveram retomar a produção de café na fazenda, concomitantemente com os outros produtos que cultivavam no local. Outros

¹⁰ Conforme carta escrita de próprio punho ao Diretor do Departamento Estadual de Trabalho do Estado de São Paulo, datada de 18 de novembro de 1935.

recursos para a retomada da produção foram obtidos com a venda de partes da propriedade.

No ano de 1952, a propriedade estava reduzida a 243 alqueires e as atividades comerciais realizadas consistiam em café – 42.000 pés, uvas - 75.000 pés e ovos, após a instalação de uma granja, que contava com 9.500 aves.¹¹

Como podemos observar, a produção estava mais diversificada, diferente de como ocorria anteriormente, como no período em que o produto que se comercializava era exclusivamente o café.

Ao cultivar apenas um produto, corre-se o risco de ter os negócios abalados com uma crise em determinado setor ou no mercado como um todo, como foi o caso da crise do café. Os irmãos Conceição acompanharam as dificuldades que sua mãe Angelina enfrentou para restabelecer a economia da família e certamente buscavam alternativas para que isso não se repetisse e a melhor maneira que encontraram foi diversificar o cultivo dos produtos do local.

Em 1958, novamente a propriedade havia sido reduzida e contava então com 220 alqueires de terras. Produzia-se nesse ano café – 93.000 pés, uvas – 30.000 pés, ovos – granja com 5.000 aves e havia sido introduzido o plantio de eucalipto, contando com 180.000 árvores.¹²

Nota-se que mais um produto diferente havia sido introduzido na fazenda, o plantio e comércio de árvores de eucalipto.

3.4. A VENDA DA FAZENDA PELOS IRMÃOS CONCEIÇÃO

Uma das filhas de José Conceição e Angelina Silveira Conceição foi Helena Conceição, a qual após a morte de seus pais não estava à frente da fazenda juntamente com seus cinco outros irmãos, os quais formavam a sociedade denominada Irmãos Conceição.

No ano de 1923, Helena casou-se com Roberto Alves de Lima, filho Joaquim Bento Alves de Lima e Isaura Telles Alves de Lima.

¹¹ Esses dados estão registrados no Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, sendo a informação declarada pelos Irmãos Conceição ao referido órgão em 18 de janeiro de 1952.

¹² Declarações dos Irmãos Conceição prestadas ao Banco Bandeirantes do Comércio S.A., realizada em 14 de maio de 1958.

A família Alves de Lima também era ligada ao setor cafeeiro, além de outras áreas de atuação. Faziam parte da sociedade de uma exportadora de café localizada na cidade de Santos, chamada Lima Nogueira & Cia. Compravam as produções de café de vários fazendeiros e realizavam as negociações com o mercado externo, atividade esta conhecida. Eram denominados comissários.

No dia 17 de agosto de 1962, Roberto Alves de Lima comprou a fazenda Nossa Senhora da Conceição, de seus cunhados – os Irmãos Conceição - da qual já era incorporador, pagando pela propriedade o valor de CR\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros).¹³ A partir de então, Roberto ficou juntamente com sua esposa Helena, sendo os únicos proprietários.

Quando da compra, a propriedade contava com 215 alqueires e mantinha a produção do café, eucalipto, uvas e a granja.

As produções foram mantidas na fazenda, apenas a granja foi desativada no ano de 1963, a qual estava arrendada para imigrantes japoneses e com a saída destes, a família não mais trabalhou nesse setor produtivo.

Do casamento de Roberto Alves de Lima com Helena Conceição Alves de Lima, nasceram Joaquim Bento Alves de Lima e Maria Helena Alves de Lima.

Helena, neta do Barão de Serra Negra faleceu no ano de 1981 e permaneceu como proprietária da fazenda do período em que ela foi adquirida por seu marido – 1962 – até o ano de seu falecimento.

Helena introduziu o ensino rural na fazenda, que teve início na década de 1960, atendendo as crianças da propriedade e de toda a região.

Após o falecimento de Helena, a produção de café na fazenda cessou. As atividades comerciais agrícolas foram praticamente encerradas e passou então a ser propriedade de seus filhos, assim como os outros bens que possuía.

A filha de Helena e Roberto Alves de Lima foi Maria Helena Alves de Lima Sestini, que casou-se com Alfredo Sestini. Maria Helena herdou a continuidade do ensino rural na fazenda de sua mãe e foi quem continuou administrando o local quando do falecimento de Helena.

Com a morte da mãe, Maria Helena resolveu não dar mais continuidade às atividades econômicas agrícolas relacionadas ao café e passou a exercer apenas atividades que pudessem manter a manutenção do local.

¹³ Esses dados da negociação da propriedade estão disponíveis no contrato de venda do imóvel, assinado em 17 de agosto de 1962, pelos Irmãos Conceição.

No início da década de 1980, após o fim da produção de café na fazenda, uma grande área, onde havia as plantações foi vendida. Essa área media aproximadamente 200 alqueires e foi transformada em loteamento residencial, na divisa dos municípios de Jundiaí e Itatiba. Após essa venda, a Fazenda Nossa Senhora da Conceição passou a ter sua área localizada exclusivamente em Jundiaí.

Com a venda do loteamento Parque da Fazenda, a fazenda permaneceu fechada. Havia alguns funcionários que cuidavam da manutenção e eram produzidos produtos apenas para consumo dos mesmos. Comercialmente, não se produzia mais nada e os recursos para manter os funcionários e o local eram provenientes da produção de eucalipto e gado leiteiro, o que perdurou por um período aproximado de 10 anos.

Durante esse período, a fazenda ficou praticamente abandonada e foi alvo de alguns furtos. Foi subtraída uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, que viera de Portugal e ficava na capela. Muitos documentos também se perderam nesse período.

Maria Helena Alves de Lima faleceu no ano de 2000, quando seu filho já estava à frente dos negócios da fazenda.

Capítulo 4 - O TURISMO HISTÓRICO E RURAL NA PROPRIEDADE

Conforme o que já foi apresentado, podemos compreender o contexto da cidade e da região de Jundiaí no cenário econômico nacional. No período em que estudamos a fazenda Nossa Senhora da Conceição, a economia do país passou por diferentes fases e as adaptações foram necessárias para o desenvolvimento e as mudanças que foram ocorrendo, com o objetivo de impedir que não ficasse dissociada em relação ao país e atender o que o mercado e a sociedade necessitavam.

Assim, quanto à fazenda Nossa Senhora da Conceição, nosso objeto de estudo para compreensão do desenvolvimento regional a partir de um determinado local, ela foi mantida tendo como base a produção e comercialização de produtos advindos de atividades agrícolas. No início, foi a cana-de-açúcar, depois o café, na década de 1930 a uva, em 1945, novamente o café, porém, esta segunda fase da produção cafeeira em paralelo com uva, ovos e eucalipto.

Passaremos agora a abordar o fato de a propriedade ter deixado de ter sua economia centralizada na agricultura e ter encontrado no turismo histórico e rural uma alternativa de continuar como uma empresa economicamente ativa, ainda concentrada nas mãos da família.

4.1. O CRESCIMENTO DO TURISMO RURAL

O turismo é uma atividade que vem crescendo a níveis consideráveis no país. O setor é responsável por um grande giro financeiro e proporciona uma ótima demanda na oferta de empregos, bem como uma opção de lazer que está sendo cada vez mais explorada pelos brasileiros, nas mais diversificadas áreas.

O Brasil oferece diferentes opções, desde hotéis luxuosos em grandes centros, praias, até pequenas pousadas em florestas e no campo.

Conforme mostra José Graziano da Silva, um dos coordenadores da pesquisa da Unicamp no projeto “O Novo Rural Brasileiro”, “apelidado” de Projeto Rurbano, em seu artigo “Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro”, vem crescendo cada vez mais o número de pessoas que residem em áreas rurais e não atuam em atividades agrícolas - chegou a 1/3 em 1999, ou seja, 4,6 milhões de trabalhadores (sd, p. 3), buscando outras opções, as quais ele chama de ORNA – ocupações rurais não-agrícolas. Segundo o projeto, as projeções indicam que no ano de 2014, mais da metade da população residente no campo estará trabalhando em atividades não-agrícolas.

A população brasileira residente no campo “...voltou a crescer; ou pelo menos parou de cair...” (Silva, sd, p. 4) nos anos 90, após décadas de queda. Está ocorrendo o inverso, ou seja, há mais pessoas voltando para o campo do que saindo dele. Segundo o projeto, a explicação para “...esse novo cenário é explicado em parte pelo incremento do emprego não agrícola no campo...” (sd,, p. 4), especialmente os ligados ao setor de serviços.

Argumentou-se na pesquisa que as ocupações agrícolas são as que geram menor renda, principalmente em pequenas e médias propriedades, tanto para os empregados quanto para os proprietários, além de que as ORNA's exigem menos esforços e proporcionam uma maior renda.

Segundo Silva, “...o centro das atividades da família deixou de ser a agricultura porque a família deixou de ser agrícola e se tornou pluriativa ou não-agrícola, embora permaneça residindo no campo.” (sd, p. 7).

Outro fator importante, é que os estabelecimentos rurais de hoje não são mais dirigidos pela família como um todo, mas por um, ou alguns de seus membros, derrubando a idéia de “...uma divisão social do trabalho assentada na disponibilidade de membros da família...” (Silvs, sd, p. 8).

Uma das mais importantes contribuições do Projeto Rurbano foi mostrar que as novas dinâmicas em termos de geração de emprego e renda no meio rural brasileiro têm origem urbana, ou seja, são impulsionadas por demandas não-agrícolas das populações urbanas, como é o caso das dinâmicas imobiliárias por residência no campo e dos serviços ligados ao lazer (turismo, preservação ambiental etc.)

(SILVA, Velhos e novos Mitos do Rural Brasileiro, sd p. 8)

As conclusões que podemos tirar com a pesquisa do Projeto Rurbano é que hoje em dia, o campo está longe de ser apenas um lugar diferente devido à relação

com a terra e com a natureza. Está relacionado diretamente com o urbano, com novas opções de geração de renda, transformadas através de inúmeras alternativas não ligadas especificamente à agricultura.

O turismo rural é uma parcela do setor que nos últimos anos vem ganhando um grande número de adeptos, sendo uma atrativa opção de geração de renda, de emprego e de novas oportunidades de negócios realizados no meio rural.

A região de Jundiaí está inserida em uma rota turística passível de uma excelente exploração econômica e de crescente desenvolvimento. Mesmo tendo o mercado de trabalho e a economia voltados basicamente para a indústria, oferece atividades turísticas relacionadas principalmente ao o turismo Rural e ecológico. Na cidade, localiza-se a Serra do Japi, uma Reserva Florestal que dispõe de uma rica fauna e flora e oferece passeios com trilhas e cachoeiras para os visitantes, onde é necessário agendar uma data com guias, pois a serra é uma área de preservação e tem sua área tombada como patrimônio.

A cidade faz parte da rota conhecida como “Circuito das Frutas”, onde os turistas visitam diversos sítios, adegas de vinho e locais tradicionais das cidades que fazem parte do circuito. São elas: Jundiaí, Itatiba, Jarinu, Louveira, Morungaba, Itupeva, Valinhos, Vinhedo, Indaiatuba e Atibaia.

A exploração do turismo na região vem ganhando cada vez mais espaço e são feitos investimentos consideráveis nesse setor, tanto por particulares quanto pela Prefeitura Municipal, como a exemplo da construção de Parques, do Jardim Botânico, entre outros.¹⁴

Recentemente, foi inaugurado o passeio de trem Expresso Turístico, que sai da estação da Luz, em São Paulo e tem como destino a Estação Ferroviária de Jundiaí. Ao desembarcar do trem, o turista tem à sua disposição a escolha de uma rota a ser seguida, que segue em ônibus ou em vans aos locais que desejam visitar, acompanhados por um guia turístico. Dentre as opções de visitas estão o Museu Ferroviário da Cia. Paulista, a Serra do Japi e o Circuito das Frutas.

¹⁴ Dentre os investimentos realizados pela Prefeitura de Jundiaí, destacam-se o Parque do Corrupira (Parque do Trabalhador), o Parque da Cidade, o Parque Comendador Antônio Carbonari (Parque da Uva – onde é realizada a Festa da Uva), entre outros.

4.2. O TURISMO NA FAZENDA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Antônio Sestini, tataraneto do Barão, nasceu na cidade de Campinas no ano de 1969. Durante a infância, freqüentava a fazenda com seus pais e dentre as lembranças que tem, estão as festas realizadas, as missas e sua avó Helena.



Casa sede, construída no ano de 1850. Fonte: www.rumoatolerancia.fflch.usp.br/node/995

Antônio formou-se em Agronomia no início da década de 1990. Tinha um grande interesse pela fazenda e partir de então, passou a freqüentar mais o local e a realizar alguns negócios, como a venda de gado e compra de equipamentos. Tinha um negócio em Campinas e como não deu certo, resolveu ir para os Estados Unidos, onde morou por dois anos.

No ano de 1998, resolveu assumir a fazenda definitivamente e passou a morar no local. Em 1999 conheceu pessoas envolvidas com o turismo e que estavam interessadas em transformar fazendas em propriedades voltadas para o turismo rural. Notou que a atividade turística em Jundiaí vinha crescendo a passos

largos e percebeu então a possibilidade de transformar sua propriedade para o turismo.

De fato, o crescimento do turismo histórico e rural vem encontrando um público considerável. É uma opção diferenciada para quem se vê constantemente na vida agitada das cidades e busca fugir dos grandes atrativos, como as praias, principalmente pelo fluxo intenso de pessoas. É responsável por impulsionar a economia e a preservação de muitas cidades brasileiras, como Ouro Preto e Parati.

Para implantar o turismo na Fazenda Nossa Senhora da Conceição, Antônio afirma que encontrou muitas dificuldades, como por exemplo, a preparação da propriedade para receber esse novo tipo de atividade, além do mais, ainda não tinha experiência nesse novo ramo econômico.

Primeiramente, iniciou alugando a fazenda para um grupo de pessoas que faziam neurolingüística em um curso voltado para a área de saúde. O grupo foi crescendo e o dinheiro arrecadado, foi sendo investindo nas reformas das casas que tinha na propriedade, as quais passaram a ser alugadas. Passou também a alugar o local para hospedagem, onde os visitantes dormiam nas casas reformadas dos colonos, era fornecida alimentação da fazenda e passavam os dias na propriedade, fazendo trilhas e outras atividades que o local oferecia, funcionando como uma espécie de hotel fazenda. O público que mais procurava se hospedar era formado por famílias, que buscavam opções diferenciadas de lazer e de tranqüilidade, longe dos grandes centros. Com os lucros obtidos através desses primeiros grupos, foi possível fazer mudanças e reformas na propriedade e mudar foco inicial de visitantes no local.

Essas medidas iniciais adotadas foram a base para os investimentos de melhorias na infra-estrutura, experiência para o exercício e o crescimento da atividade turística na fazenda.

Além da hospedagem, iniciou o trabalho recebendo grupos de escolas, que realizam estudos do meio no local. Os grupos de estudantes são acompanhados pelos professores e na fazenda são assistidos pelos monitores da fazenda.

Durante as visitas, os alunos realizam uma “viagem” através do período do ciclo cafeeiro, onde é possível observar o desenvolvimento das plantas de café nos viveiros de mudas, a colheita na pequena plantação que ainda é mantida, os

terreiros de secagem, os maquinários para o beneficiamento do produto e a tulha, onde hoje funciona o restaurante Maria Helena, nome que Antônio deu em homenagem à sua mãe.



Grupo de estudantes em visita à fazenda. Foto do local.

O período da escravidão é tratado de uma maneira especial, onde é possível adentrar as senzalas que ainda são preservadas, bem como objetos do período. Duas delas estão à disposição dos visitantes, uma é a senzala doméstica, que fica sob a casa sede e a outra é a senzala dos escravos que realizavam o trabalho na lavoura, que fica em outra parte, sob um antigo depósito, que hoje foi transformado no Museu do Café, onde há objetos e fotos em exposição, explicando o desenvolvimento do país em torno da economia cafeeira, a origem do produto e os negócios da família do Barão de Serra Negra.



Senzala doméstica sob a casa sede. Foto do local.

Além dos grupos de estudantes, a fazenda é aberta a visitantes aos finais de semanas e feriados, oferecendo passeios monitorados, passeios a cavalo, trilhas e outras opções de lazer, além do restaurante, que tem sua gastronomia baseada em pratos típicos.

Antônio relata que nesse período em que está à frente da fazenda, as atividades relacionadas ao turismo rural cresceram bastante e para administrá-la, exige muito de seu tempo e de sua esposa. Uma das dificuldades que mais encontra diz estar relacionada à mão-de-obra, pois muitos dos que ali trabalham não demonstram um comprometimento com o local e para continuar preservando-o conta apenas com o próprio esforço e o da esposa.

Entre as construções remanescentes do período cafeeiro estão os terreiros para secagem do café, o maquinário, o lago, a tulha, a igreja, as casas de colono, a casa sede, e as senzalas.

A flora e a fauna local são preservadas, o que também exige um grande trabalho, como a exemplo, a preservação da nascente do Rio Capivari, que localiza-se na área da fazenda. Com chuvas fortes e erosão, sempre é necessário gastar para manter a nascente livre, o que tem que fazer com recursos próprios, pois não recebe auxílio algum.

Hoje a fazenda conta com uma área aproximada de 34 alqueires e não possui mais a representação de poder que tinha no período cafeeiro. Passou de uma grande e importante produtora para um pequeno empreendimento voltado exclusivamente ao turismo. O proprietário diz que não pretende vender mais terras e deseja crescer ainda mais no setor de turismo, oferecendo opções diferenciadas, porém necessita encontrar pessoas interessadas em estar à frente dos negócios, pois exige muito trabalho e sozinho, não enxerga tal possibilidade.

Além de ter a propriedade como sua fonte de renda, tem a memória de sua família relacionada diretamente com o local, motivo ainda maior para preservá-la.

Quanto à memória individual, pode-se dizer que trata de sentimentos e recordações exclusivas, mas que também estão relacionadas com o coletivo, conforme a afirmação a seguir:

Isso não quer dizer que a memória individual não tenha importância, mas está sempre aberta às interferências do coletivo e essas servem para as pessoas adotarem ou recusarem idéias de acordo com seus propósitos no âmbito da memória. O importante é que a memória individual está sempre relacionada com a coletiva, mesmo que no âmbito individual possamos preservar lembranças que destoem daquelas que são conservadas pelo coletivo.

(www.rumootolerancia.fflch.usp.br/node/995, 2007)

Ainda quanto à memória, outro fragmento vem ressaltar quanto à importância de se ter uma memória:

A memória onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

(LE GOFF, *apud* www.rumootolerancia.fflch.usp.br/node/995, 2007)

Apesar de ser explorada economicamente através do turismo, no local é possível retomar a memória da elite social, política e econômica de São Paulo no

desenvolvimento econômico do Estado e do país, através da família do Barão de Serra Negra. Outra contribuição histórica é sobre a expansão da economia cafeeira no Estado de São Paulo, a transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra assalariada, a decadência do café e as diversas alternativas que muitos fazendeiros necessitaram implantar para substituir o café como centro da economia.

A maioria das propriedades agrícolas que se adaptaram ao turismo tomaram rumos relacionados com o turismo rural, modernizando os locais. De maneira diferente, assim como em outras poucas propriedades, na Fazenda Nossa Senhora Conceição foi possível unir o turismo rural em paralelo com o turismo histórico.

O desenvolvimento da atividade do turismo rural e histórico na Fazenda Nossa Senhora da Conceição mostra sua inserção dentro do que foi apresentado por José Graziano da Silva no Projeto Rurbano.

Essa argumentação é comprovada quando da demonstração do período em que a propriedade tinha suas atividades econômicas voltadas exclusivamente para a agricultura, até o início da década de 1980. No final da década de 1990 foi implantado o turismo no local, ou seja, uma ocupação rural não-agrícola como fonte de renda. O pesquisador do projeto mostra durante o trabalho, que essas atividades são alternativas mais lucrativas encontradas pelos que exercem atividades no campo, em meio à atualidade vivida pela sociedade brasileira, principalmente em regiões mais industrializadas e desenvolvidas, como é o caso da região onde a fazenda está inserida.

Como propriedade voltada para o turismo, a fazenda visa atrair os visitantes oferecendo diversas alternativas de lazer, porém há um valor histórico sentimental do proprietário, que busca demonstrar a trajetória de sua família no contexto histórico durante o desenvolvimento do país, destacando a participação destes dentro do contexto regional.

Mesmo a história mostrada no local estar mais diretamente ligada à história da família, é possível fazer uma conexão com a construção do conhecimento histórico do país, uma vez que os acontecimentos do local estiveram ligados ao cenário nacional.

Como contribuição, o Museu do Café implantado na propriedade proporciona as pessoas um bom conhecimento da trajetória do café desde sua originariedade na região da Abissínia¹⁵. Mostra ainda que o produto teve um grande destaque na economia e foi um dos responsáveis pelo desenvolvimento econômico nacional, além da formação de uma classe social que girava em torno da comercialização do café, ou seja, as oligarquias cafeeiras.

O turismo histórico, além de atender os anseios daqueles que buscam no campo um momento de tranquilidade e de contato com a natureza, também contribui com o resgate da memória e com a transmissão do conhecimento histórico, colaborando para uma melhor compreensão dos acontecimentos de nosso país, através de um contato direto com o meio, o que proporciona um maior interesse do s que por ali passam, além de conscientizar sobre a importância em se preservar e em manter o passado presente na memória.

¹⁵ Dados extraídos do site www.fnsc.com.br.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os objetivos apresentados neste trabalho, esperamos ter contribuído com a análise das mudanças econômicas que são necessárias durante o desenvolvimento não só de uma região, mas da sociedade como um todo, onde se não for realizada essa adaptação, não há meios de manter em conformidade com o cenário geral vivido.

O cenário econômico atual da região de Jundiaí está relacionado ao setor industrial, mas foi mostrado que há outras maneiras não ligadas à industrialização e ao comércio de ainda se manter economicamente ativo, como é o caso da Fazenda Nossa Senhora da Conceição, objeto de estudo nesta pesquisa.

Uma propriedade que durante um período de 170 anos esteve relacionada exclusivamente ao setor agrícola (1810-1980), a partir de 1998 encontrou na exploração do Turismo Rural e Histórico a solução para manter-se ativa economicamente, a exemplo de outras propriedades rurais existentes no país, que estão encontrando diferentes ocupações como forma de renda, não ligadas diretamente à agricultura.

Além de proporcionar o lazer e a tranquilidade de quem vive diariamente no corre-corre dos grandes centros urbanos, a atividade de Turismo Rural e Histórico tem contribuído com a produção do conhecimento histórico pelas pessoas, com o resgate da memória, dos valores e com o interesse em buscar no passado explicações para a vida cotidiana.

A análise feita neste trabalho sobre Fazenda Nossa Senhora da Conceição é apenas uma pequena parte do que pode ser entendido a partir do estudo da trajetória da propriedade e sua inserção no cenário econômico nacional. Visa contribuir como base para estudos futuros mais pormenorizados, relacionados ao desenvolvimento econômico nacional e à importância do resgate da memória, contribuindo para a formação de uma consciência ligada aos valores e formação de cidadãos dotados de senso crítico.

ANEXOS

Entrevista com Antônio Sestini realizada em 23/09/2010.

1) Sua mãe nasceu na fazenda, ela assumiu o controle do local, como?

Minha mãe nasceu em Santos. Ela assumiu a fazenda após a morte de minha avó Helena em 1982, foi passada para minha mãe como herança de família.

2) Quando parou a produção de café em 1980, continuou alguma produção na fazenda?

A fazenda ficou fechada, produzia só pra consumo da família e nas mãos de alguns funcionários que cuidavam da limpeza da mesma. Comercialmente não produzia nada.

3) Como a fazenda foi mantida após esse período?

Após esse período ela foi mantida através da plantação de eucalipto, com uma área mais ou menos de 40 alqueires plantados e também gado de leite, o qual deu pra se manter por mais ou menos 10 anos.

4) Quando e por que foi loteado o Pq. Da fazenda e quantos alqueires?

Alqueires não tenho certeza, mas mais ou menos 200 alqueires. Foi loteado em 1980 e foi dividido em lotes urbanos de 1000 a 5000 mil metros quadrado e rurais de 20 mil metros quadrados, pra diminuir a área da fazenda e valorizar o local, mas o projeto não deu muito certo e não alcançou o objetivo desejado, quem loteou foi meu irmão Roberto e meu cunhado.

5) Você freqüentava a fazenda em sua infância? Quem morava nela?

Freqüentava a fazenda com meus pais, não morava nenhum dos familiares na fazenda, lembro-me da minha avó bem no final de sua vida e meu avô já tinha

falecido, lembro de 2 festas aqui na fazenda e também de uma missa na capela, a qual vieram vários familiares e vizinhos.

6) Em que ano e por que você resolveu assumir o controle da fazenda e veio morar aqui?

Bem, na época eu estava fazendo engenharia agrônoma em Espírito Santo do Pinhal, estado de SP e eu tinha um interesse grande pela fazenda, em tocar a fazenda, isso foi em 1990 a 1994, foi a época que terminei a faculdade. Vinha todas as minhas férias aqui e ficava aqui de 20 a 30 dias trabalhando, tentando organizar a fazenda. Nessa época vendi gado faz vários negócios, comprei equipamentos, depois trabalhei fora e fui morar em Campinas tinha um sócio e o negócio não deu certo e então fui morar no USA e fiquei morando lá por 2 anos e em 1998 vim morar definitivamente na fazenda. Assumi por que já tava com uma certa idade, com uns 28 anos e sentia que deveria fazer algo pela fazenda e fazê-la crescer. Logo depois casei e com a ajuda de minha esposa batalhamos com muita garra e ai foi dando certo e eu encaixei o turismo rural.

7) Antes disso, como estava à fazenda, ela produzia estava abandonada e quem cuidava?

A fazenda estava praticamente abandonada, ela não tinha vida, funcionários trabalhavam aqui não tinham nenhuma motivação, trabalhavam na fazenda pelo salário e ganhavam razoavelmente bem por se tratar de uma área rural, mas sem perspectiva de vida. A fazenda não produzia, exceto os funcionários que plantavam para seu próprio consumo e eles que cuidavam da mesma e existia um administrador que comandava tudo por aqui, que dava as ordens aos outros funcionários. O nome do administrador era seu Armando e sua esposa dona Santana e começaram trabalhar na fazenda em 1962 de caseiro com meu avô e assumiram a fazenda em 1995 como administradores.

8) Como veio a idéia do turismo?

Essa idéia foi surgindo aos poucos e em 1999 eu conheci pessoas voltadas para área do turismo da região, políticos, e fui-me enturmando com esse pessoal e ai teve algumas reuniões no bairro do Caxambu, mas precisamente no bairro da toca onde conheci um senhor chamado Antonio Marquesim que hoje é falecido e onde fazíamos varias reuniões, na capela da fazenda. Também tinha um agrônomo do instituto de agronomia de Campinas chamado Pexe e ali se formou um grupo de pessoas que estavam interessados em transformar fazendas em propriedades rurais de turismo e me interessei e acabou dando certo.

9) Como você começou o turismo, que opções tinha de hospedagem, visitas, grupos, etc?

Quando comecei eu não tinha tanta experiência, aí comecei a alugar a fazenda para um grupo de pessoas que faziam neurolinguística, um curso voltado para cura na área da saúde e esse grupo começou trazer 15 pessoas e depois esse grupo foi crescendo e fui reformando as casas da fazenda e fui ganhando dinheiro e fui investindo na fazenda. Para mim foi uma época muito difícil, porque tudo que ganhava eu investia na fazenda e na época arrumei umas 5 casas e eles foram trazendo mais pessoas e isso durou uns 2 anos. Logo depois esse grupo foi embora e vieram um grupo de japoneses com uma filosofia diferente e vinham mais no carnaval e tinham um curso chamado Speedval, o qual era voltado para o corpo e a mente na época do carnaval e isso durou por algum tempo. Logo depois conheci pessoas que trabalhavam com escolas que começaram um estudo do meio e o estudo do meio foi crescendo e logo depois foi o restaurante e assim por diante.

10) Como está o turismo na fazenda hoje e o que está sendo feito?

O turismo na fazenda tá crescendo bastante, tem uma boa aceitação pelas pessoas e focamos bastante o atendimento e qualidade do serviço. A fazenda está se tornando cada vez mais importante na região e sendo conhecida tanto pelas visitas como por site, e um site bem feito e as pessoas vão passando para outras pessoas e assim vai indo.

11) Que perspectiva você vê para a atividade do turismo e como você pretende continuar?

A perspectiva é grande e um dos problemas meu é que cheguei num momento que cresci bastante. Eu acho chegou uma parte que to sentindo mais que é o dá saúde mesmo, por que se trabalha muito, praticamente de segunda a segunda e esgota muito a parte física e a gente não consegue parar pra pensar em melhorar às vezes, aumentar a qualidade até de nossos serviços. Sobre o turismo há muitas pessoas que querem casar aqui na fazenda e fazer aqui os seus eventos e eventos de empresas e a gente acaba perdendo e deixa de ganhar por falta de condições e então o que acontece precisaria de pessoas para delegar serviços e ainda não consegui achar pessoas que tenham esse envolvimento. Já tentamos com algumas, mas não deu certo e isso acaba privando um pouco nosso crescimento.

12) Como você vê essa mudança da atividade agrícola para o turismo?

Na nossa região de Jundiaí eu vejo um grande crescimento devido estar muito próximo da capital São Paulo e de Campinas. Agora, com a duplicação da estrada Constancio Cintra que liga Jundiaí a Itatiba isso vai nos favorecer muito, dando um valor maior na propriedade da fazenda e também valor turístico e então basicamente tende a crescer ainda mais. Sobre o turismo é importante, por que aqui é uma região que cresce muito o turismo mesmo sendo uma região também industrial e as pessoas que vem até as industriais procurem locais para relaxarem.

13) Que dificuldades você mais encontra e quais os problemas com o turismo?

Dificuldades que encontro é com a mão-de-obra que tá muito precária em todos os sentidos, desde área rural pra cuidar da fazenda e também no atendimento de pessoas, como garçons, estamos com muitas dificuldades e também acreditar nessas pessoas, pois, às vezes estão aqui, mas não tem comprometimentos em ficar aqui para trabalhar e esse é um ponto muito delicado por não ta achando pessoas para trabalhar com dedicação, não uma ou duas, mas varias. Quando

temos comprometimento isso é bom, pois, a gente cresce e todos crescem juntos, mas alguns estão aqui por ganhar dinheiro e outros para passarem o tempo.

14) Você loteou alguma área? De que tamanho?

Não, eu não loteei nenhuma área ainda a nossa intenção não é lotear área nenhuma a nossa intenção é pegar algumas áreas que estão paradas, principalmente esse galpão aqui e transformar esse espaço em um espaço de eventos tanto para casamentos, como eventos de empresas e chegarei lá lutando muito, eu acredito.

15) Quais seus sentimentos em poder manter o local da fazenda preservado?

O problema da preservação não depende só de mim. A gente tenta preservar o máximo possível, mas fica difícil quando as pessoas que não se incomodam com o local em que se encontram seja preservado, jogando lixo pelo chão, bituca de cigarro, papel de balas. Eu acredito que isso seja um problema cultural em não ter comprometimento em preservar, tentamos preservar a natureza, mas às vezes a própria natureza acaba destruindo, com fortes chuvas, destruindo os leitos dos riachos e as estradas de terra, mais isso é algo normal, o problema é o próprio ser humano em manter o local limpo e tentamos sempre preservar e acho que tamo no caminho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CIPOLATO, Aldo. **Jundiaí na História**. Jundiaí: Japi, 1994.

GATTOLINI, Geraldo Gomes. **A História de Jundiaí – A Formação Econômica e Social**. – Expo Municipal, 3ª edição. Jundiaí: Araraquara, 1998.

_____.(1996). **Transparências Históricas e Políticas de Jundiaí**. Araraquara: Calíope.

MAZZUAIA, Mário. **Jundiaí e sua História**. Jundiaí: Prefeitura do Município de Jundiaí, 1979.

FILHO, Walter da Costa e Silva. **Jundiaí na História**. São Paulo: Porto de Idéias, 2008.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. **A Capital da Solidão**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

MARTINS, Ana Luíza. **O Trabalho nas Fazendas de Café**. São Paulo: Atual, 1994.

ARFELLI, Amauri Chaves. **Farel' América**. Itu: Jota Geême, 2002.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

NEGRI, Barjas. **Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo**. Campinas: Unicamp, 1996.

MARTINS, Ana Luíza. **O Trabalho nas Fazendas de Café**. São Paulo: Atual, 1997.

FRANCISCO, Martim. **No Jury de Araras**. São Paulo: Secção de Obras, 1920.

GORENDER, Jacob. **A Escravidão Reabilitada**. São Paulo: Ática, 1991.

MARTINS, José de Sousa. **O Cativo da Terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: A Rebelião Escrava no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

SCHWRCZ, Liali Moritz. **O Espetáculo das Raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

A Fazenda Nossa Senhora da Conceição – site Oficial. Disponível em: <http://www.fnsc.com.br>. Acesso em: 21 fev. 2010.

Cultivares IAC de Café. O Agrônomo. Boletim Técnico-Informativo do Instituto Agrônomo. Campinas, 1999. Disponível em: <http://www.iac.sp.gov.br/oagronomico/511/cultivaresiac/cafe.htm>. Acesso em: 15/08/2010.

Fazenda de Café Nossa Senhora da Conceição. Disponível em: <http://www.rumoatolerancia.fflch.usp.br/node/995>. Acesso em: 11 fev. 2010.

MARTINS, Oriza. **Fazenda em Rio das Pedras**. Disponível em: <http://www.orizamartins.com/rio-fazenda-barão.html>. Acesso em: 15 dez. 2008.

SILVA, José Graziano da. **Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf>. Sd. Acesso em: 04/09/2010.